

Obrigação de reflorestar?

LUIZ AUGUSTO GERMANI *

A eventual obrigação do proprietário de imóvel rural de reflorestar as áreas de reserva legal ou de preservação permanente inexistentes em seu imóvel, mesmo que tenha adquirido a área já desmatada por proprietário anterior, traz preocupação.

O Superior Tribunal de Justiça, a mais alta instância do Judiciário, decide de forma divergente.

Os Ministros da 2  Turma entendem que o comprador de imóvel desprovido de área de vegetação nativa para a composição da reserva legal é obrigado a reflorestar. Outra alternativa   separar parte da área para regeneração natural, de modo a impedir o acesso de gado e de pessoas, para o reflorestamento natural com vegetação nativa.

Para os Ministros, os novos proprietários da área têm “responsabilidade objetiva” quanto aos danos ambientais, como é considerada a área de reserva legal.

Isso é válido para quando:

- a aquisição do imóvel tenha ocorrido na vigência da legislação que impõe a restrição de s  desmatar um imóvel rural desde que se mantenha uma por  o de terras cobertas de matas nativas, a título de reserva legal, o que ocorre desde 23 de Janeiro de 1934;
- o imóvel tiver matas previamente classificadas pelo Poder Público como “protetoras”, ou, na grande maioria das hipóteses, a partir de 15 de setembro de 1965, com o advento do Código Florestal, que criou a figura da “reserva legal”, como área a ser destinada à preservação.

Já os Ministros da 1  Turma decidem contra a obrigação do proprietário de reflorestar, ou deixar reflorestar naturalmente, parte de área de

sua propriedade adquirida sem cobertura de vegetação destinada à área de reserva legal.

Os Ministros citam o Código Florestal em seu:

artigo 18: *“Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá faz lo sem desapropri  -las, se não o fizer o proprietário”*.

artigo 16, inciso “a”: *“as derrubadas de floretas nativas, primitivas ou regeneradas, s  são permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente”*.

No entendimento dos Ministros, não há como atribuir ao atual proprietário de uma área rural desmatada por antecessores, a obrigação de reflorestar, se o Poder Público não providenciou,   época do efetivo desmate, os procedimentos para preservar uma área de reserva legal demarcada pelo próprio.

Entendem, ainda, que só a existência de nexo causal entre a conduta do proprietário da área (desmate) e o dano ambiental (inexistência da área de reserva legal) seria determinante de uma obrigação em recuperar uma ambiental.

Embora a lógica jurídica da 1  Turma pareça ser mais consistente, entendimentos conflitantes dentro dos Tribunais são corriqueiros.

De qualquer forma, uma solução processual para a uniformização de jurisprudência ocorrerá nalgum tempo. Tudo dependerá da sensibilidade do STJ. Quando o órgão entender a relevância da questão, a ponto de prevenir ou compor divergências, pode-

r  julgar um processo e padronizar o entendimento, seja ele qual for.

Até então, os proprietários rurais são requeridos pelo Poder Público, ou pelo Ministério Público, a, de forma coercitiva, reflorestar seu imóvel rural, e caso não o tenham desmatado, deverão valer-se da jurisprudência da 1  Turma do STJ.

Existem também pareceres de doutrinadores, como, por exemplo, do Professor Miguel Reale, que, já em 1998, foi taxativo ao lecionar:

“Não   possível deixar de realçar, incontinentemente, quanto   ru nosa para a economia nacional a “reserva legal” instituída sem as devidas cautelas, pois, sendo ela exigida de maneira indiscriminada, estão ameaçadas as grandes plantações de cana-de-açúcar, de soja, de milho, de laranjas etc., além dos desmatamentos feitos em razão e para fins de criação de gado de leite e de corte, assim como para rebanhos de ovinos e caprinos!

Imagine-se o que aconteceria se os respectivos produtores fossem obrigados a criar tão desastrosa reserva legal, com a obrigação de reconstituí-la, ao ver de autoridades prepotentes!

Não há dispositivo constitucional, nem tampouco norma legal que obrigue os proprietários a restaurar por sua conta os desmatamentos havidos, não raro efetuados por proprietários anteriores, sendo inegável a constituição de fato jurídico perfeito e direito adquirido de não fazer. A suposta imposição aos proprietários rurais da obrigação de reflorestar por conta própria, s  é fruto de lastimável ignorância do Direito pátrio.” ■

* Professor de Direito Agrário da FGV - e-mail: germani@germaninet.com.br.